



OS CAMPONESES E SUAS DIFERENTES PRÁTICAS COLETIVAS

João E. Fabrini¹

Resumo: A teoria marxista ortodoxa interpretou que as práticas coletivas não eram possíveis entre os camponeses. Entretanto, eles camponeses desenvolvem um conjunto de práticas coletivas que se manifestam de diversas formas, tais como as lutas realizadas nos movimentos sociais, ocupações de terra, formação de cooperativas, caminhadas, fechamento de rodovias e agências bancárias, etc. Nos assentamentos de reforma agrária canalizam o seu potencial de luta coletiva nos grupos de assentados e seus núcleos de produção, por exemplo.

Palavras-chave: Camponeses; práticas coletivas; cooperativas; classes sociais; assentamentos rurais.

Abstract: The orthodox Marxist theory interpreted that the collective practices were not possible among the peasants. However, them peasants develop a group of collective practices that they show in several ways, such as the fights accomplished in the social movements, earth occupations, formation of cooperatives, walks, closing of highways and bank agencies, etc. in the establishments of agrarian reform they channel its potential of collective fight in the groups of having seated and its production nuclei, for example.

Word-key: Peasants; collective practices; cooperatives; social classes; rural placements.

¹ Professor adjunto do curso de geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: fabrini@unioeste.br

INTRODUÇÃO

A reprodução do campesinato no modo de produção capitalista remete à necessidade da interpretação de sua existência no contexto contraditório deste modo de produção. As práticas coletivas e comunitárias dos camponeses são materializadas principalmente nas lutas e resistências para entrar na terra e nela permanecer e se manifestam de variadas formas das quais se destacam as lutas realizadas nos movimentos sociais, como ocupações de terra, formação de cooperativas, caminhadas, fechamento de rodovias e agências bancárias, etc. Existem também aquelas atividades mediadas por relações de solidariedade e “espírito” comunitário que não são organizadas necessariamente nos movimentos sociais, sindicatos ou entidades de classe.

Um importante exemplo de manifestação coletiva são as lutas realizadas pelos camponeses assentados. Organizados em grupos e núcleos, os camponeses canalizam o seu potencial de luta coletiva para garantir a sua existência.

O DEBATE SOBRE OS CAMPONESES E SUAS PRÁTICAS COLETIVAS

O debate sobre a concepção de coletivo entre os camponeses vem de longa data e está situado nas discussões ocorridas na Internacional Comunista, sobretudo na I Internacional. Segundo Hegedüs (1986), foi na I Internacional que se cristalizou o confronto entre os pontos de vista marxista e proudhoniano. Enquanto os marxistas partiam da abordagem tradicional da eficácia da concentração do capital, nacionalização das terras e formação de grandes unidades produtivas, os proudhonianos defendiam a apropriação privada da terra camponesa e viam aí a garantia de liberdades individuais.

Verifica-se ainda que as discussões sobre o campesinato foram norteadas, principalmente, pelo seu papel na revolução socialista. Foi a partir da possibilidade de participação dos camponeses nos processos revolucionários que foram formuladas e aprofundadas concepções teóricas e políticas sobre eles. A revolução russa, por exemplo, foi um importante momento de formulação e aprofundamento das concepções teóricas sobre o campesinato.

O referencial teórico marxista procurou interpretar o campesinato no interior da divisão da sociedade em classes e o conflito existente entre elas. Nesta concepção, o camponês foi teorizado pelo seu fim, ou seja, não havia lugar para ele na sociedade capitalista (nem na socialista). Em vista da forma como o camponês estava inserido no mundo da produção (produção familiar individual) não era possível a consciência e as práticas coletivas entre eles.

Engels (1981), em *O Problema Camponês na França e na Alemanha*, foi outro autor que analisou o campesinato, destacando que seu “modo caduco de produção” será varrido e esmagado pelo capitalismo como um trem sobre um carrinho de mão. Na compreensão de Engels, os camponeses deveriam se constituir em outro para ser sujeito político, ou seja, transformar-se num operário agrícola forjado no processo de coletivização de terras, para assim, contribuir na revolução e na construção do socialismo.

O entendimento é de que no processo de produção camponesa se forma uma consciência corporativa e de aversão às atividades coletivas, diferentemente do que ocorre com a produção capitalista nas indústrias. A coletivização da terra, trabalho, instrumentos, gestão da produção, sintetizadas numa cooperativa, seriam condições para superação da consciência camponesa e, conseqüentemente, construção da consciência coletiva. Assim, a “base” material em que os camponeses estavam

inseridos não permitia que eles se construíssem em sujeitos políticos revolucionários.

Por outro lado, as cooperativas coletivas seriam uma forma de transformar os camponeses em operários, ou pelo menos, de assumir consciência de operários, considerada a consciência de classe, necessária para deflagrar a revolução. Segundo Engels (1981) ainda, não teria como prometer aos camponeses a perspectiva de que continuariam como pequenos agricultores, pois as grandes fazendas deveriam ser entregues à coletividade para desfrute dos trabalhadores agrícolas em formas de cooperativas coletivas.

Contra esta decadência, a única coisa que podemos fazer é recomendar também neste caso a reunião das fazendas cooperativas, nas quais se possa ir descartando progressivamente a exploração do trabalho assalariado, para poder convertê-las pouco a pouco em setores iguais em direito e deveres à grande cooperativa nacional de produção. (ENGELS, 1981, p. 78).

Assim, aos camponeses, cabia seguir a orientação da classe revolucionária (operários), encarregada da sua salvação. Esta salvação passava pela necessidade de assimilação da produção coletiva, semelhante àquela existente numa fábrica.

Lênin (1982) é outro autor que aprofunda a compreensão de campesinato em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, reportando-se às relações não-uniformes no interior do capitalismo. O livro I de *O Capital* de Marx dificultava a compreensão do capitalismo na Rússia, o que motivou Lênin a estudar o capitalismo a partir da noção de formação econômico-social.

As relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas são uma questão central no entendimento da sociedade capitalista, ou seja, há uma correspondência entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais. Entretanto, embora haja esta vinculação e interdependência entre as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas, não há entre elas uma

harmonia e uniformidade sincronizada. É neste contexto de desigual relacionamento entre as forças de produção e as forças sociais que se pode compreender a manifestação coletiva dos camponeses.

Por outro lado, é importante destacar que as cooperativas também foram defendidas por Lênin e por grande parte de autores que adotaram o princípio marxista para interpretar as práticas coletivas entre os camponeses. Cabe destacar que atualmente a defesa das cooperativas como prática coletiva entre os camponeses é defendida por segmentos importantes da sociedade, como pode ser verificada na proposta do MST para o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária.

COOPERATIVAS E PRÁTICAS COLETIVAS ENTRE OS CAMPONESES DOS ASSENTAMENTOS

As cooperativas são defendidas por movimentos (MST, MPA, Fetraf, etc.), estudiosos da questão agrária, órgãos oficiais, dentre outros segmentos como uma forma de viabilizar as atividades coletivas entre os camponeses. Mesmo tendo à frente a dimensão econômica e produtiva como elemento fundamental para operacionalização das atividades coletivas e as várias dificuldades encontradas para sua manutenção, as cooperativas são entendidas como uma importante estratégia de garantia de reprodução existência dos camponeses.

As cooperativas agrícolas são entendidas como forma de superar as mazelas do sistema capitalista por meio de ações coletivas. Mas, as manifestações coletivas entre os camponeses não estão restritas às cooperativas e surgem muitas outras manifestações, como a formação de grupos de assentados, associações, comunidades, núcleos de produção, etc.

O MST defende a necessidade da implantação de cooperativas agrícolas nos assentamentos como forma de fortalecer a luta pela reforma agrária e transformação da sociedade. As cooperativas devem ter objetivo maior do que os benefícios econômicos e produtivos para os assentamentos. Devem contribuir para a conscientização política dos assentados, posicionando-se favoravelmente à ampliação das lutas dos trabalhadores.

“... as cooperativas não devem se organizar apenas com objetivos econômicos, mas também com objetivos políticos, de longo prazo, que permitam conscientizar os trabalhadores para fortalecer as suas lutas, tendo em vista a transformação da sociedade. Os assentamentos devem transformar-se em retaguarda política de luta contra a burguesia para ir acumulando forças para a realização da Reforma Agrária”. (GÖRGEN e STEDILE, 1991, p. 146).

O entendimento do MST e Concrab (confederação das cooperativas de reforma agrária do Brasil) é de que não existem condições do assentado progredir econômica, social e politicamente por meio da produção familiar individual. A intenção do assentado de produzir com a família no seu próprio lote é uma característica camponesa dos assentados que favorece, no entendimento do MST, o surgimento de “desvios”; obstáculo a ser combatido para evoluir e alcançar formas superiores de produção, como as CPAs (cooperativas de produção agropecuária) nos assentamentos. (MST, 1986 e CONCRAB, 1998, 2001).

A forma de apropriação da terra e dos meios de produção, coletiva ou individual, tem um conteúdo político-ideológico, pois a apropriação privada e a exploração familiar da terra permitem a produção e reprodução da consciência dos trabalhadores. Neste sentido, o MST aponta para a necessidade de superação da produção camponesa para construir a consciência coletiva. Trata-se da construção de consciência coletiva forjada no processo de produção coletiva de mercadorias, semelhante ao que ocorre numa fábrica.

“Transformar a ideologia do camponês: substituir o ‘meu’ pelo ‘nosso’ e mudar o jeito artesão de trabalhar e enxergar o mundo”. - E ainda - “A agricultura não conseguirá se desenvolver se cada assentado ou pequeno agricultor familiar continuar fazendo tudo sozinho ou com a sua família. Fazendo deste o preparo do solo até a colheita. E cada um plantando um pouco de tudo e criando tudo o que for ‘bicho”. (CONCRAB, 1998, p.13 e 21).

É importante destacar na proposta das cooperativas coletivas do MST a divisão do trabalho, que implica na produção de um excedente cada vez maior, possibilitando assim a ampliação das trocas. Ela é base para o desenvolvimento da economia mercantil capitalista e daí a necessidade de cada vez mais ampliar a divisão e especialização para criação de mercado de consumo.

A meta a ser atingida é passar da produção de subsistência para a produção de mercadorias, este é o primeiro passo. O segundo passo deverá ser passar da produção de mercadorias para o acúmulo de capital, onde os retornos da produção priorizem os investimentos, passando a resolver apenas alguns problemas sociais dos grupos. O terceiro passo deverá ser alocar capital acumulado em produtos agroindustriais... No mesmo documento – Reflexões Sobre o Processo de Implantação do SCA – aparece como consequência do trabalho de cooperação esta idéia, de transformar a ‘consciência camponesa’ em uma ‘consciência operária’. (CONCRAB, 1999, p. 11).

Assim, produção camponesa se constituiria numa redução das trocas, pois apresenta uma baixa divisão do trabalho. Para estimular a divisão do trabalho nos assentamentos, o MST realizava até num passado recente cursos de formação aos assentados, dos quais se destacavam os Laboratórios Organizacionais. Estes laboratórios eram um pré-requisito para a fundação de cooperativas coletivas. O modelo de racionalidade econômica e organização empresarial foi introduzido pelos laboratórios organizacionais, considerados pelo MST como a forma de viabilizar economicamente e politicamente as CPAs.

As cooperativas, concebidas a partir de uma racionalidade da economia mercantil, exigem a associação entre trabalho, capital e terra para enfrentar a concorrência, ou o monopólio, que o setor mercantil/industrial/financeiro exerce

sobre o setor agropecuário. Como é praticamente impossível ao assentado concorrer com os grandes grupos econômicos que atuam no setor trabalhando com a família no seu lote, as cooperativas agrícolas seriam uma alternativa de existência dos pequenos agricultores fora dos limites da miséria e da subordinação.

Organizadas como uma empresa dirigida pelos assentados, as cooperativas, segundo o MST (1993), devem produzir mercadorias em escala para elevação dos patamares competitivos, pois “No mercado capitalista sempre se consegue os melhores preços quando se negocia quantidades maiores e produtos de maior qualidade”.(MST, 1993, p.11). Em outro documento da Concrab elaborado em 1999 fica ainda mais evidente a necessidade dos assentados depositar atenção na produção de mercadorias como forma de viabilidade dos assentamentos.

Uma unidade de produção qualquer, somente conseguirá progredir se criar alternativas de produção de mercadorias, ou seja, vender fora do assentamento, em quantidades para garantir remuneração da mão de obra aplicada [*grifo nosso*]. (CONCRAB, 1999, p. 14).

A implantação das relações tipicamente capitalistas (produção de mercadorias) seria viabilizada nos assentamentos pelas cooperativas, principalmente as CPAs. Portanto, as cooperativas permitem a espacialização de modernas relações sociais de produção, necessárias para a superação do ordenamento social regulado pelo capital. Assim, está implícita na proposta de cooperativas do MST a possibilidade construção da resistência nos assentamentos.

Esta compreensão do MST é inspirada numa matriz teórica que reconhece a expansão das relações capitalistas como portadora de desenvolvimento. Ao estudar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lênin (1982) aponta para as transformações no campo com a industrialização e surgimento de importante mercado consumidor. A grande indústria mecanizada transfere para o campo o modo de vida urbano/industrial, provocando uma “revolução” nas condições de vida

das populações rurais. A expansão das relações capitalistas por meio da indústria é vista como possibilidade de desenvolvimento com a modernização de relações sociais de produção.

Constata-se, enfim, que os dados relativos aos operários fabris russos corroboram plenamente a teoria d'O Capital segundo a qual a grande indústria mecanizada provoca uma completa e decisiva revolução nas condições de vida da população industrial, separando-a definitivamente da agricultura e das seculares tradições de vida patriarcal a elas vinculadas. Mas, destruindo as relações patriarcais e pequeno-burguesas, a grande indústria mecanizada cria, por outro lado, condições que aproximam os operários industriais assalariados dos proletários rurais: em primeiro lugar, ela transfere inteiramente para o campo o modo de vida industrial e comercial articulado inicialmente nos centros não-agrícolas; em segundo lugar, propicia a mobilidade da população, criando amplos mercados de trabalho tanto para os operários industriais quanto para os agrícolas e, finalmente, introduzindo máquinas na agricultura, leva até a aldeia operários industriais experimentados, cujo nível de vida é sensivelmente mais elevado. (LÊNIN, 1982, p. 341).

Mesmo concebendo as cooperativas nos assentamentos com objetivos diferentes de um empreendimento capitalista, porque na CPA, os trabalhadores socializam os meios de produção, dirigem o processo de produção e comercialização, enfim, se apropriam dos produtos elaborados por eles, cabe observar que a “lógica”, o objetivo, é a inserção no mercado. É uma lógica que sobrepõe os interesses “acumulativos” às necessidades básicas de cada assentado. Assim, há a necessidade de produção em escala cada vez maior para gerar excedentes. Para alcançar patamares cada vez mais elevados de competitividade, os excedentes não deverão ser distribuídos aos trabalhadores, pois a cooperativa carece cada vez mais de investimento em tecnologia, máquinas, instrumentos, enfim, de capitalização.

Oliveira (1994), analisando as propostas de cooperativas agrícolas, vê dificuldades para os assentados. Aponta que a especialização implícita na proposta cooperativista dos assentamentos, inclusive nas CPAs, pode significar a entrada

nas enrascadas da estrutura bancária para adquirir tecnologias e instrumentos a fim de competir com os produtores capitalistas. Considera ainda que o rumo trilhado pela agricultura camponesa, onde se inclui aquela desenvolvida nos assentamentos, deve ser a de uma alternativa defensiva de recuperação da policultura em oposição à lógica da especialização, diminuindo ao máximo a dependência externa.

Os agricultores camponeses por sua vez têm sido pressionados no rumo da especialização. Muitos autores progressistas têm apontado as cooperativas e a especialização como alternativa aos camponeses que chegam à terra, depois de muita luta...Entretanto, parece que o rumo a ser trilhado pela agricultura camponesa pode e deve ser outro... Esta alternativa defensiva consistiria na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização que o capital impõe ao campo camponês. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários a manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros. (OLIVEIRA, 1994, p.49/50).

A racionalidade do camponês não é a de um produtor de mercadoria e excedentes mercantis, conforme ocorre na empresa capitalista, embora ele acabe gerando renda para a acumulação capitalista na circulação, quando os produtos agrícolas são transformados em mercadorias. Além disso, a produção camponesa não é somente produção agropecuária. É uma forma de produzir e reproduzir a sua existência enquanto classe e sujeitos do processo social.

Assim, verifica-se que as cooperativas do MST enquanto empreendimento econômico está sustentado na idéia de reprodução ampliada e de escala progressiva, característica da sociedade moderna. Esta compreensão entra em confronto com uma economia mercantil simples (M-D-M) da produção camponesa. Portanto, há nos assentamentos uma discrepância entre o projeto coletivo dos camponeses assentados e o projeto de cooperativas com trabalho coletivo do MST/Concrab.

O MST entende que os camponeses não possuem “consciência coletiva” por causa da forma como estão inseridos no processo produtivo. A necessidade de superação das relações camponesas dos assentados é verificada no documento “O que levar em conta para a organização do assentamento” elaborado em 2001.

Os camponeses pôr serem produtores autônomos de mercadorias não visualizam de forma clara o seu explorador (não há patrão). Por não compreender o seu processo de exploração, tende sempre a dirigir sua contestação ao Governo, reivindicando sempre melhores condições de preço. Por não entenderem a sua posição e situação de classe, desenvolve uma consciência corporativa e economicista. Estes camponeses pôr organizar o seu processo produtivo de forma familiar (sem divisão técnica do trabalho) e com base na propriedade privada, tende a construir uma visão de mundo subjetivista e oportunista [*grifo nosso*]. (CONCRAB, 2001, p.07).

Neste entendimento, a base material em que os camponeses estão inseridos não permite que eles se constituam enquanto sujeitos políticos. Portanto, há a necessidade, segundo este entendimento, de uma força unificadora e aglutinadora para que possa participar do processo político. Esta força aglutinadora é forjada pelas cooperativas agrícolas.

Mas, a partir de meados 2001, o MST passou a mobilizar esforços no sentido de organizar os assentamentos a partir da formação de comunidades de resistência, ou seja, princípios de organização camponesa, como uma estratégia defensiva dos assentados.

AS PRÁTICAS COLETIVAS ENTRE OS CAMPONESES NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

A interpretação da prática coletiva a partir de parâmetros estruturalistas que se tornaram hegemônicos no pensamento marxista não são suficientes para compreender esta realidade. As concepções e práticas coletivas dos camponeses carecem de interpretações feitas não exclusivamente da perspectiva de sua

inserção no processo produtivo de mercadorias, mas no contexto de lutas e do conflito de classes em que estão inseridos na sociedade capitalista.

A partir da idéia do desenvolvimento contraditório e desigual das relações capitalistas é possível compreender a existência camponesa e a construção do seu lugar social, inclusive por meio de práticas coletivas materializadas. Oliveira (1986, 1991) ao estudar os camponeses resgata a idéia de desenvolvimento contraditório e desigual das relações capitalistas para compreender a sua existência e reprodução.

O sentido contraditório e desigual está no fato do camponês garantir a sua existência no sistema adverso (modo de produção capitalista) pela sua luta. É como se o camponês não tivesse lugar no capitalismo, fosse de fora, mas insiste em continuar existindo, ou seja, traindo as leis do capital pela luta.

As práticas coletivas verificadas nos assentamentos de reforma agrária são um importante exemplo. Destaca-se no processo de construção de coletivos as experiências da formação de núcleos e grupos de assentados, meio pelo qual tem se desdobrado um conjunto de manifestações construídas coletivamente. A partir dos grupos de assentados, construídos a partir de motivadores políticos surgem, inclusive, as mobilizações no campo econômico.

A unidade existente entre as famílias dos núcleos e grupos não tem sido mediada pela produção agrícola necessariamente, mas por afinidades políticas construídas no processo de luta. Os núcleos e os grupos formados por camponeses não são um espaço de produção agrícola apenas, mas espaço de socialização e construção política que oferece resistência à subordinação capitalista.

Não é a produção necessariamente, mas a “identidade” política e de classe social forjada nas lutas que forma a coesão nos núcleos e grupos de camponeses, sobretudo nos assentamentos de reforma agrária. A interpretação do

desenvolvimento de força produtiva e modernização da produção apenas não é suficiente para reconhecer nos assentados a consciência política e a disposição para reivindicar o direito de participação no processo social enquanto sujeitos políticos.

Organizados dessa forma (núcleos e grupos), os camponeses dos assentamentos canalizam seu potencial de luta política para garantir a sua existência social. Enfim, os grupos de assentados e núcleos de produção operacionalizam as manifestações coletivas, e ainda, eles mesmos se constituem num exemplo de prática coletiva.

Os grupos de assentados e núcleos são um agrupamento de famílias que tem por objetivo planejar e organizar a produção sem necessariamente coletivizar as terras, instrumentos, trabalho e gestão da produção. Para tratar dos grupos de assentados e núcleos serão utilizadas informações de pesquisa realizada em assentamentos de reforma agrária no Estado do Paraná, quando no ano de 2002 foram entrevistados camponeses de 32 assentamentos na região centro-oeste paranaense.

Os grupos de assentados e núcleos de produção são uma referência para aglutinação de assentados para possíveis mobilizações ou desenvolvimento de atividades de produção agrícola. Nos núcleos e grupos se discutem todos os aspectos relativos aos assentamentos. Discute-se assunto como alocação de recursos financeiros para investimento e custeio de lavouras, infraestrutura, questão ambiental, de gênero, etc. Entre os objetivos na formação de núcleos está a organização dos assentados para estabelecer uma relação orgânica entre o MST, que centralizou atenção na dimensão produtiva, ou seja, a compreensão foi de que a

organização da produção na forma de núcleos permitiria a organização dos assentados em outras dimensões.

Embora nos grupos e núcleos se priorize a organização da produção agrícola, eles se destacam mais pelas atividades políticas do que econômicas. As atividades coletivas entre os camponeses dos assentamentos são materializadas pelas atividades “não-produtivas”, embora a consciência coletiva e de luta dos assentados estejam assentadas numa base material. A participação dos assentados nas discussões sobre temáticas como dívida externa; participação das mulheres; características do campo e da cidade e as demandas geradas por estas diferenças; a questão dos OGM (organismos geneticamente modificados); privatizações; agricultura orgânica e ecológica e uma infinidade de temas se constituem numa forma de aglutinação dos assentados que desembocam em manifestações variadas.

Assim, as práticas coletivas entre os grupos de assentados não se caracterizam pela coletivização dos meios de produção, mas por um conjunto de atividades como repasse de informações, organização de mobilizações/protestos e planejamento/discussões de atividades a serem desenvolvidas em cada lote pelas famílias assentadas.

Os dados das atividades coletivas desenvolvidas nos núcleos e grupos evidenciam o conteúdo político destas formas de organização nos assentamentos e não podem ser consideradas como práticas políticas conservadoras, como geralmente se atribuiu aos camponeses. Os núcleos e grupos discutem assuntos e realizam um conjunto de atividades que viabilizam a resistência nos assentamentos. Por meio de pesquisa de campo foi possível verificar as principais atividades dos grupos de assentados e núcleos que são as seguintes: repasse de informações em geral (96,8 %); planejamento/discussões/análise de conjuntura (96,8 %); organização de

mobilizações/protestos (78,1 %); utilização/aquisição de máquinas (40,6 %); comercialização da produção (28,1 %); produção e trabalho coletivos (18,7 %); mutirão (6,2 %); não sabe (3,1 %).

A rede formada com os núcleos e grupos permitem a ampliação da área de ação dos assentados articulando um quadro territorial menor (assentamento) aos processos gerais com discussões e encaminhamento de grandes questões e temas debatidos nacional e internacionalmente. As informações trazidas e discutidas no interior dos núcleos e grupos permitem ao assentado se contextualizar da conjuntura política, social e econômica a partir de uma análise elaborada pelos próprios trabalhadores e sujeitos das lutas.

Os dados sobre os tipos de mobilizações coletivas e reivindicação dos camponeses assentados indicam o conteúdo de classes destas manifestações e a explicitação do conflito de interesses existentes entre elas. São enfrentamentos contra a subordinação engendrada no interior das relações capitalistas, apresentando um conteúdo ideológico e de mudanças estruturais da sociedade.

No sentido de qualificar a participação dos camponeses organizados nos grupos e núcleos nas mobilizações desenvolvidas, se verificam os seguintes dados: auxílio a acampamentos (93,7 %); ato de protesto contra privatização, violência, fechamento de rodovia, etc. (87,5 %); ocupação de banco (81,2 %); ocupação do Incra (71,8 %); marchas e/ou caminhadas (71,8 %); ocupação de terra depois de ser assentado (65,6 %); manifestação e/ou reivindicação ao poder local (59,3 %); apoio a outras categorias (21,8%); ocupação Palácio do Iguacu/PR (21,8 %); congresso e/ou encontro (18,7 %).

Ao contrário do que se poderia supor aos camponeses, que devido à sua condição e inserção no processo produtivo, teria uma visão corporativa,

individualista, despolitizada e dificuldade de compreensão da totalidade e posição de classe, eles demonstram visualização e consciência política verificadas por meio de seus gestos de mobilizações coletivas que não se restringem a interesses e benefícios imediatos apenas.

Portanto, as lutas dos camponeses assentados nem sempre são caracterizadas por interesses corporativos e imediatos. Um importante exemplo de lutas amplas foi a realização em passado recente de lutas pela conquista democrática com o lema “sem reforma agrária não há democracia”.

A mobilização contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce em meados da década de 1990 foi um importante marco para também evidenciar a preocupação dos camponeses dos assentamentos com os interesses nacionais. Foi realizada também uma importante campanha contra a privatização de muitas outras empresas estatais com participação dos camponeses organizados nos grupos de assentados.

A compreensão e posicionamento dos assentados sobre a temática da privatização são outros indicativos de sua preocupação com questão que envolve o contexto nacional. É importante observar que esta preocupação não foi verificada apenas entre a direção e líderes dos movimentos sociais, mas também entre os próprios camponeses assentados.

Todos os assentados entrevistados na pesquisa de campo apresentaram noções gerais e opinião formada sobre a onda de privatização ocorrida no período de governo FHC. Assim, 96,8 % se posicionaram contrário ao processo de privatização, sendo que a venda de empresas estatais foi considerada sinônimo de privatização por grande parte dos assentados.

Outro indicativo de que as lutas camponesas entre os assentados não são corporativas é luta pela reforma agrária, pois está inserida numa proposta de um projeto popular de desenvolvimento do Brasil. A partir de 1995, amadurecidas as condições para debate das questões sociais foi definido pelo MST que a “reforma agrária é uma luta de todos”. Esta palavra de ordem procurou envolver toda a sociedade na sua realização da reforma agrária.

A preocupação dos camponeses com os grandes temas nacionais também foi verificada na “marcha nacional por reforma agrária, emprego e justiça” realizada em 1997. Esta marcha mobilizou cerca de 100 mil pessoas para protestar contra a política econômica do governo, desigualdades sociais e principalmente contra o assassinato de 19 sem terra em Eldorado dos Carajás no Pará, transformando o dia 17 de abril no Dia Internacional da Luta Camponesa. O envolvimento da sociedade nas manifestações de 17 de abril indicou que as lutas camponesas vão além da conquista da terra.

O conhecimento (noções gerais) de temáticas como capitalismo, socialismo, dívida externa, burguesia e neoliberalismo também são um importante indicador da politização dos camponeses dos assentamentos. Isso foi verificado na fala dos assentados organizados nos núcleos e grupos.

A idéia de que o capitalismo é um sistema que revela desigualdade social; de um lado trabalhadores, e de outro, capitalistas, proveniente da injusta distribuição de riquezas, esteve presente em grande parte (75,0%) das respostas. As respostas apontaram para idéia negativa das relações capitalistas e não houve nenhuma resposta que apontasse vantagens econômicas aos assentados dentre aqueles que conseguiram definir o conceito.

Uma parte dos assentados (56,2%) entende que o socialismo se constitui na forma ideal de organização social e econômica. Observou-se nas respostas sobre o socialismo, que parte dos entrevistados fazia relação com os países “socialismo real”, sendo comum citação de Cuba como referência. A maior parte das respostas está relacionada à distribuição igualitária das riquezas produzidas e democratização nas relações sociais.

As noções de dívida externa são verificadas por grande parte (90,6%) dos assentados, cabendo referência ao plebiscito organizado em 2000 pelas entidades ligadas aos direitos dos trabalhadores e CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Vários assentados declararam que se empenharam na realização do plebiscito no seu núcleo/grupo e comunidade em geral. Muitos entrevistados acrescentaram que a dívida externa já foi paga em forma de juros aos organismos financeiros como o FMI, Banco Mundial e que a elite brasileira submetem a nação ao capital internacional através dessa dívida.

As informações sobre Banco Mundial, FMI e outros organismo econômicos internacionais também é de conhecimento da maioria dos assentados, sendo que pequena parcela (9,3%) declarou não possuir noção sobre os referidos organismos. Alguns assentados fizeram questão de evidenciar que já participaram de manifestações contrárias à intervenção dos EUA e do FMI na economia do País. Alguns assentados (12,5%) inclusive, procuraram relacionar o Banco Mundial à reforma agrária, afirmando que se trata de uma intervenção para destruir a organização dos sem-terra, pois o acesso a terra é por meio de compra, financiada pelo Banco da Terra, e não pela luta.

Verifica-se também na construção de coletivo entre os camponeses as manifestações comunitárias, favorecidas muitas vezes pela aproximação dos lotes e

relações de vizinhança. Neste sentido, a formação de núcleos de produção e grupos de assentados permite a aproximação e unidade entre as famílias, condição necessária para a construção da resistência.

Os vínculos comunitários e desenvolvimento de ações coletivas passam por relações de vizinhança e são construídas principalmente pela forma de organização geográfica da demarcação dos lotes no assentamento. A proximidade espacial pode potencializar as ações coletivas, mas a organização espacial em si, não garante o desenvolvimento de ações coletivas, pois são as afinidades políticas construídas na trajetória de luta pela terra que contribuem para a aproximação de pessoas em torno de ideais comuns.

As ações comunitárias se manifestam na solidariedade entre as famílias e vizinhos como na trocas de dias de serviço, mutirões para plantação, cuidado com as lavouras, colheitas, etc. Outras atividades podem indicar o “espírito” comunitário, como o lazer e as festividades, visitas aos vizinhos em finais de semana, reuniões religiosas sejam na sede da comunidade onde está a capela, sejam nas residências.

Por outro lado, é necessário frisar que as manifestações coletivas e comunitárias entre os camponeses, diferentemente do que o nome sugere, nem sempre é marcada pela harmonia, solidariedade, ajuda entre as pessoas, tanto no cultivo das lavouras ou num momento de precisão (auxílio em caso de doenças, viagens, etc.). Aí também ocorrem conflitos/tensões e se reproduzem relações de dominação, usura, disputas políticas na tomada de decisões locais, inveja, violências e lutas intestinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de construção do lugar social dos camponeses, as cooperativas despontam como forma de construção e operacionalização das práticas coletivas, possibilitando a eles (camponeses) se constituírem como sujeitos políticos. Nesta compreensão, esta possibilidade se abre a partir da inclusão econômica e produtiva que as cooperativas representam. É como se a participação política exigisse o desenvolvimento de forças produtivas para existir.

Por outro lado, mesmo no interior da proposta de inclusão econômica e de necessidade de desenvolvimento de forças produtivas como condição para a construção de sujeitos políticos coletivos, os camponeses vão construindo formas de participação que não passam necessariamente pela esfera da produção *stricto sensu*. Verifica-se nesta construção que o coletivo ocorre mais pelo desenvolvimento da consciência da sua condição de classe e das forças sociais populares do que pelo desenvolvimento das forças produtivas.

A realização de práticas coletivas entre os camponeses carece de entendimento no interior da natureza contraditória e desigual das relações sociais capitalistas, quando se verifica um descompasso entre o desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Assim, a contradição se constitui em parâmetro para a compreensão das concepções e práticas coletivas entre os camponeses

No caso dos grupos de camponeses assentados, formados por famílias motivadas por um condicionante econômico (produção), são as relações sociais, políticas e ideológicas que forjam as práticas coletivas. É neste agir coletivo

construído a partir da consciência do conflito de classes da sociedade capitalista e centrado na esfera política que os camponeses vão constituindo o seu lugar social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión. 1974.

CONCRAB. **Sistema Cooperativista dos Assentados**. 2 ed. São Paulo: Concrab. Caderno de Cooperação. n. 5. 1998.

_____. **Evolução da concepção de Cooperação agrícola do MST (1989-1999)**. Caderno de Cooperação Agrícola. N. 08. São Paulo: Concrab: 1999.

_____. **O que Levar em Conta Para a Organização do Assentamento**. São Paulo: Concrab. 2001.

ENGELS, F. O Problema Camponês na França e na Alemanha. In: **A Questão Agrária**. Silva, J.G. e Stolcke, V. Tradução. Sandra Brizolla. São Paulo: Brasiliense. 1981. 59-80.

FERNANDES, B. M. **MST - Formação e Territorialização**. São Paulo: Hucitec. 1996.

GÖRGEN, F. S. A., STEDILE, J. P. (Orgs.). **Assentamentos: Resposta Econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis: Vozes. 1991.

HEGEDÜS, A. A Questão Agrária. In: HOSBSBAWM, E. (Org.) **História do Marxismo IV: O Marxismo na Época da Segunda Internacional**. 2.ed. Trad. De Luiz Sérgio N. Henriques et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986. p. 149-171.

LENIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Abril Cultural, Os Economistas. 1982.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4 ed., Petrópolis: Vozes. 1990.

MARX, K. **El Campesinato Como Clase**: México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

_____. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Moraes. 1987.

MST. **A Cooperação Agrícola nos Assentamentos**. São Paulo: MST, Caderno de Formação n.20. 1993.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura**. São Paulo: Ática. 1986.

_____ Geografia e Território: Desenvolvimento e Contradições na Agricultura. In: XII **Encontro Nacional de Geografia Agrária**. n, 12, Águas de São Pedro. Mesas Redondas. Rio Claro: IGCE, p.24-51. 1994.

SCHNEIDER, J.E. O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente. In: (Org) Maria Rita Loureiro. **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo. 1981. p. 11- 40.